

Contratação de estudos da dragagem é aprovada

Trabalhos também vão verificar a possibilidade de ampliar a profundidade do estuário

A contratação dos estudos sobre os impactos da dragagem do Porto de Santos ao meio ambiente foi aprovada, na sexta-feira (18), na reunião do Conselho de Administração (Consad) da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Ao custo de R\$ 10 milhões, os trabalhos também vão verificar a possibilidade de ampliar a profundidade do estuário.

Essas pesquisas serão elaboradas pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), órgão subordinado à Secretaria de Portos (SEP), e com a consultoria do professor Gilberto Fialho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

De acordo com o presidente da Docas, José Alex Botelho de Oliva, o contrato será assinado nesta segunda-feira, e terá a presença de todos os entes na sede da companhia. A expectativa é que os trabalhos comecem logo em seguida, a princípio com o projeto a ser desenvolvido entre os pesquisadores.

O programa de estudo prevê ainda a elaboração de modelos matemáticos e físicos de todo o Porto de Santos. Em São Paulo, na Cidade Universitária da USP, uma área de 3 mil metros quadrados abrigará uma réplica em escala do cais santista, o que permitirá a avaliação dos efeitos da dragagem nas praias, cuja erosão encurta a faixa de areia.

Ainda não está definida a data de início dos trabalhos. Conforme o presidente da estatal, os estudos terão dois momentos. O primeiro envolve apenas a Codesp. O segundo inclui os integrantes da iniciativa Santos 17, empresários do Porto que defendem o aprofundamento do Estuário dos 15 metros atuais aos 17 metros até meados de 2017.

O estudos da USP e do INPH, que serão acompanhados pelo professor Gilberto Fialho, também prometem uma avaliação da capacidade de configuração do canal de acesso do Porto. Isto é, se será possível ampliar a profundidade e a capacidade do canal em termos de navegação e atracação (para receber navios maiores de 400 metros de comprimento).

Também serão discutidas soluções caso haja a comprovação de impactos ao ambiente. Será avaliada a viabilidade de obras de proteção à costa, de modo a conter a aceleração do processo de erosão verificado em praias de Santos (Ponta da Praia, Aparecida e Embaré) e Guarujá (Góes)e, também, a evitar a deposição de sedimentos no próprio canal de navegação, o que dificulta a eficiência de obras de dragagem.